

# **A dependência brasileira em relação à China como principal parceiro comercial no setor de bens primários\***

**Giovanna Carla Nogueira Moreira**

Graduanda em Relações Internacionais pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais  
da Universidade Federal de Uberlândia

**Thaís Guimarães Alves**

Professora Doutora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade  
Federal de Uberlândia

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a dependência econômica brasileira em relação à China, com foco no setor de bens primários, bem como as consequências dessa parceria à luz do conceito da Teoria da Dependência, a partir do ano 2001. O século XXI foi o período escolhido para ser analisado devido a consolidação da China como o principal parceiro comercial do Brasil. O artigo foi desenvolvido com base em estudos sobre as relações comerciais sino-brasileiras, relatórios de órgãos governamentais e análise de dados sobre exportações e investimentos. Portanto, a pesquisa verificou que a dependência brasileira pode ser explicada pela Teoria da Dependência, demonstrando que o Brasil ocupa uma posição periférica no comércio internacional. Além disso, foi identificado que, embora a parceria traga benefícios econômicos, ela também impõe riscos à autonomia brasileira, tornando essencial a diversificação produtiva e o fortalecimento da indústria nacional. Para reduzir essa dependência, é necessário um plano estratégico que incentive a inovação e agregação de valor às exportações, garantindo maior competitividade no mercado global.

**Palavras-Chaves:** Dependência econômica; Comércio internacional; Teoria da Dependência; Brasil; China.

## **Brazilian dependence on China as the main trading partner in the raw materials sector**

**Abstract:** This article aims to analyze Brazil's economic dependence on China, with a focus on the raw materials sector, as well as the consequences of this partnership in light of Dependency Theory, starting from the year 2001. The 21st century was chosen as the period of analysis due to China's consolidation as Brazil's main trading partner and the intensification of its economic influence. To achieve this, the article was developed based on studies of Sino-Brazilian trade relations, reports from government agencies, and data analysis on exports and investments. The research found that Brazil's dependence can be explained by Dependency Theory, demonstrating that the country occupies a peripheral position in international trade. Furthermore, it was identified that although the partnership brings economic benefits, it also poses risks to Brazil's autonomy, making productive diversification and the strengthening of the national industry essential. To reduce this dependence, a strategic plan is needed to encourage innovation and value-added exports, ensuring greater competitiveness in the global market.

**Keywords:** Economic dependence; International trade; Dependency Theory; Brazil; China.

\*Artigo final de conclusão da Graduação em Relações Internacionais. Banca avaliadora: Prof. Dr. Guilherme Jonas Costa da Silva, Profa. Dra. Sabrina Faria de Queiroz e Profa. Dra. Thaís Guimarães Alves (Orientadora)  
Defesa em: 28/04/2025.

## 1. INTRODUÇÃO

O comércio internacional desempenha um papel fundamental na relação entre Brasil e China, ultrapassando a noção de fronteiras geográficas e moldando o cenário econômico de ambas as nações. A ascensão da China à condição de superpotência econômica no século XXI redefiniu as rotas do comércio global, impactando diretamente países exportadores de bens primários como o Brasil. A partir de 2009, a China passou a ocupar o posto de principal parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos e a União Europeia, e consolidando uma relação de interdependência com implicações econômicas, políticas e estratégicas (IPEA, 2023; Fontana, 2017).

Nesse contexto, o Brasil desempenha, predominantemente, o papel de fornecedor de insumos essenciais à industrialização e ao crescimento chinês, com soja, minério de ferro e petróleo se destacando entre as principais exportações (Brasil, 2024a). Essa especialização produtiva, por mais lucrativa que seja no curto prazo, reflete uma inserção periférica do Brasil no comércio internacional na medida em que perpetua um modelo de exportação de produtos de baixo valor agregado e o torna vulnerável às variações da demanda chinesa e às oscilações dos preços internacionais das commodities.

Diante disso, este artigo tem como objetivo geral analisar a influência da China sobre a economia brasileira no que diz respeito ao setor de bens primários, bem como as consequências dessa parceria à luz do conceito da Teoria da Dependência. Para alcançar esse objetivo, pretende-se compreender a dinâmica da relação comercial entre Brasil e China, através do desenvolvimento histórico da parceria bilateral a partir do século XXI; apresentar a estrutura comercial de Brasil e China e por último avaliar as consequências da dependência brasileira em relação à China no setor primário.

Nesse sentido, o problema de pesquisa que motiva este estudo é compreender de que forma a dependência do Brasil em relação à China no setor de bens primários pode limitar as possibilidades de desenvolvimento autônomo e sustentável da economia brasileira. Mais do que uma simples troca comercial, a relação bilateral reflete uma inserção subordinada do Brasil na economia global, que remete a padrões históricos de dependência centro-periferia.

Nesse contexto, a hipótese deste estudo sugere que a sensibilidade do Brasil às variações na demanda chinesa por matérias-primas indica que eventos como desacelerações econômicas na China podem ter impactos significativos na economia brasileira, afetando as exportações e o crescimento econômico. Além disso, os riscos políticos associados à

dependência podem se manifestar na forma de pressões chinesas para alinhar políticas econômicas e comerciais com seus próprios interesses, potencialmente prejudicando as aspirações nacionais brasileiras.

Essa hipótese está alinhada com os princípios da Teoria da Dependência — em especial na vertente marxista latino-americana — que interpreta a inserção subordinada dos países da periferia no sistema capitalista internacional como parte de uma estrutura que reproduz desigualdades e bloqueia o desenvolvimento autônomo. No contexto da relação sino-brasileira, a China ocupa uma posição de potência emergente com características de centro, enquanto o Brasil permanece como fornecedor de recursos naturais, reiterando o padrão de especialização regressiva apontado por autores desenvolvimentistas como Celso Furtado.

O trabalho está dividido em seis seções principais que organizam a análise de forma sistemática. Após a introdução, a segunda seção apresenta os fundamentos teóricos da Teoria da Dependência, que serve de base para compreender a relação desigual entre Brasil e China. A terceira seção traça a trajetória da parceria estratégica entre os dois países desde os anos 2000. Em seguida, a quarta seção examina a estrutura do comércio bilateral, com ênfase nas exportações e importações, destacando eventos como a desaceleração chinesa de 2014 e o impacto do plano *Made in China 2025*. A quinta seção avalia as consequências da dependência brasileira em relação à China, apontando riscos e desafios para a economia nacional. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais, sintetizando os principais argumentos e sugerindo caminhos para uma inserção internacional mais equilibrada por parte do Brasil.

## **2. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA**

Para começar a explorar os fundamentos da Teoria da Dependência, é essencial retornar ao contexto histórico da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), uma entidade criada sob o incentivo das Nações Unidas em 1948 para impulsionar o desenvolvimento da região da América Latina no Pós-Guerra.

Segundo Duarte e Gracioli (2021) a CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos. Seu objetivo era criar condições para o desenvolvimento autônomo da região, fundamentando uma análise econômica e uma base institucional. A partir da teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico, a CEPAL propôs um modelo

de desenvolvimento pela via industrial, enfatizando a importância da industrialização e da intervenção do Estado para superar a dependência econômica. No entanto, apesar dos avanços, a CEPAL mantinha uma visão do desenvolvimento como um e não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como realidades qualitativamente distintas.

Em outro momento, a Teoria da Dependência emergiu como uma crítica ao desenvolvimentismo, enfatizando que o subdesenvolvimento não era apenas uma etapa do desenvolvimento, mas sim uma realidade distinta e contraposta, produto do desenvolvimento capitalista mundial. Dessa forma, a Teoria da Dependência questionou a capacidade dos países latino-americanos de alcançar o desenvolvimento dentro de uma economia mundial dominada por grandes grupos econômicos e forças imperialistas (Duarte; Graciolli, 2021).

Um dos fenômenos que geraram os estudos da dependência, em especial da corrente marxista, foi o aumento da integração das economias latino-americanas com o capital estrangeiro, que resultou em uma intensificação das disparidades sociais na região. Isso enfraqueceu a ideia de que o capitalismo na América Latina poderia se desenvolver de forma autônoma, levando à crise do pensamento da CEPAL.

Marini (2000), um dos elaboradores da Teoria da Dependência, baseou sua análise do capitalismo da periferia nessa perspectiva. De acordo com essa abordagem, a dependência é uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em que a economia de alguns países, entendidos como economias periféricas, está condicionada ao crescimento de outras economias, as economias centrais. Ou seja, os países centrais são capazes de se sustentar por conta própria, enquanto os países periféricos só podem expandir suas economias como reflexo do crescimento dos primeiros.

A Teoria Marxista da Dependência, portanto, concentra-se em compreender como a América Latina se integra de forma subordinada à economia capitalista mundial (Marini, 2000). Isso resulta em um controle desigual dos mercados pelos países dominantes e em uma perda de controle dos países dependentes sobre seus próprios recursos, levando a uma transferência de renda dos países dependentes para os dominantes, seja na forma de lucros, juros ou dividendos (Duarte; Graciolli, 2021). Em essência, essa relação é desigual porque o desenvolvimento de algumas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras.

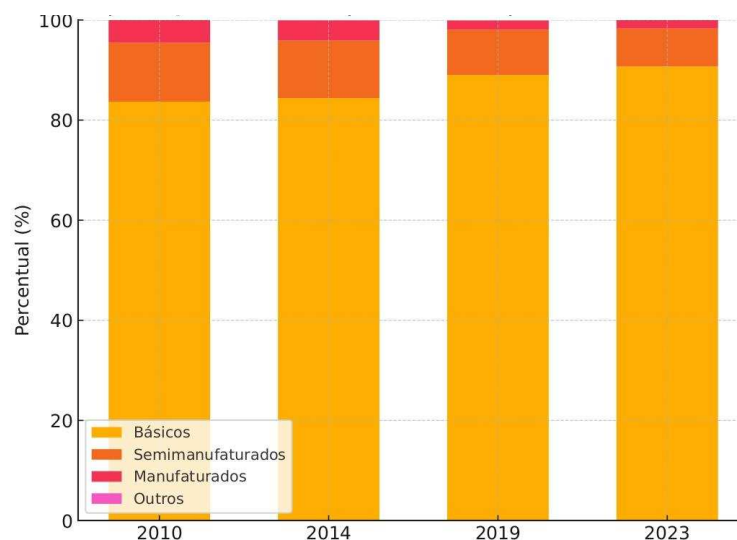
Ainda dentro da obra de Duarte e Graciolli (2021, p. 6)

Carcanholo (2004: 09) identifica três condicionantes histórico- estruturais da situação de dependência. O primeiro seria a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes (produtos primários e com baixo valor

agregado) em relação ao preço dos produtos industriais ou com maior valor agregado importados dos países centrais, num processo de transferência de valor (ou, dito de outra forma, num processo de perda nos termos de troca). O segundo seria a remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e *royalties*, pela razão dos primeiros importarem capital dos últimos. Por fim, o terceiro seria a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando em altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes periféricos, colocando os mesmos à mercê do ciclo de liquidez internacional.

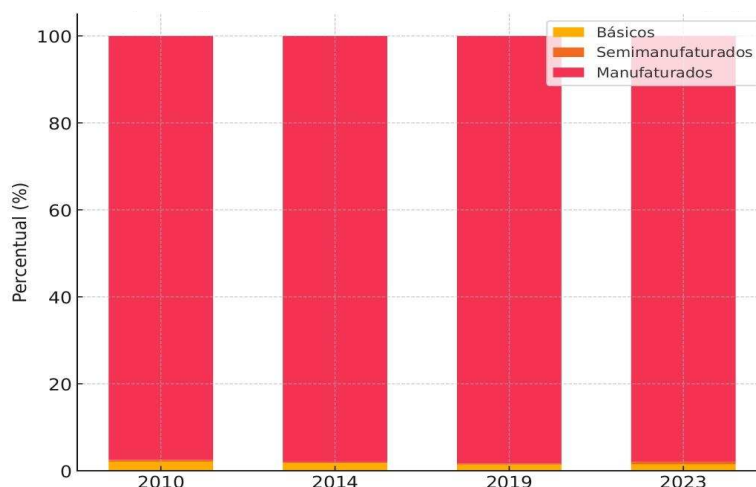
Ao considerarmos os condicionantes histórico-estruturais da dependência identificados por Carcanholo (2004) e aplicá-los à relação comercial entre Brasil e China, é possível perceber algumas conexões a partir dos anos 2000. Primeiramente, a questão da redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes em relação aos produtos importados dos países centrais é admissível na dinâmica comercial entre Brasil e China. O Brasil, por exemplo, exporta principalmente produtos básicos como soja, minério de ferro e petróleo, enquanto importa produtos manufaturados, como eletrônicos e máquinas, da China (Brasil, 2024a). Como pode ser observado nos seguintes gráficos de barra onde as exportações e importações estão definidas por fator de uso, sendo eles produtos básicos, produtos semimanufaturados, produtos manufaturados e outros não especificados. Os anos de 2009, 2014, 2019 e 2023 foram escolhidos nos gráficos para serem retratados porque representam momentos estratégicos dentro da trajetória recente das relações comerciais entre Brasil e China. O ano de 2010 reflete o período pós-crise financeira global; 2014 marca uma fase de desaceleração chinesa; 2019 corresponde ao período imediatamente anterior à pandemia da Covid-19; e 2023 oferece um retrato mais atual do cenário pós-pandêmico.

**Gráfico 1: Exportações do Brasil para a China por fator de uso (%)**



Fonte: IEDI. Elaboração própria, 2025

**Gráfico 2: Importações do Brasil para a China por fator de uso (%)**



Fonte: IEDI. Elaboração própria, 2025

Esta situação muitas vezes resulta em uma deterioração dos termos de troca para o Brasil, com os preços das *commodities* sendo menos favoráveis em comparação com os produtos industrializados importados da China.

Quanto ao segundo condicionante, a remessa de excedentes para os países avançados na forma de juros, lucros e dividendos, também pode ser observada na relação entre Brasil e China, uma vez que o Brasil frequentemente importa capital e tecnologia da China para financiar investimentos em infraestrutura e indústria, o que pode resultar em lucros e *royalties* enviados de volta para a China. Podemos citar como exemplo a estatal chinesa China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) que firmou acordo de coparticipação com a Petrobras em campos do pré-sal, como no Bloco Libra e em Búzios, ambos localizados na Bacia de Santos (China National Offshore Oil Corporation, 2025). Esses investimentos permitem às empresas chinesas acesso a recursos naturais brasileiros e a obtenção de lucros que podem ser repatriados. Já a instabilidade dos mercados financeiros internacionais também afeta a relação comercial entre Brasil e China, considerando que flutuações nas taxas de câmbio, podem impactar os termos de troca entre os dois países, enquanto a volatilidade nos mercados financeiros globais pode afetar o acesso ao crédito e aos investimentos, tanto para o Brasil quanto para a China. As tensões comerciais entre grandes potências, como Estados Unidos e China, aumentam a volatilidade nos mercados financeiros e afetam o comércio internacional como um todo. Esse cenário contribui para uma maior cautela nos investimentos chineses no Brasil e também para a revisão de estratégias comerciais

brasileiras em relação à China, especialmente no que diz respeito à diversificação de parceiros e mercados (CNN BRASIL, 2023).

Partindo agora para uma análise de cunho desenvolvimentista, o Brasil durante seu processo histórico de industrialização baseou suas exportações principalmente em produtos do setor primário (Furtado, 2007). Dessa forma, pode-se afirmar que assumiu-se uma postura voltada para a exportação de matérias-primas o que consequentemente, fez com que houvesse uma especialização nesse tipo de bem com baixo valor agregado. Essa concentração nas exportações de *commodities* pode limitar o potencial de crescimento econômico do Brasil, uma vez que não se aproveita plenamente o valor agregado em estágios mais avançados da cadeia produtiva.

Furtado (2000), em sua obra *Introdução ao Desenvolvimento: abordagem histórico - estrutural*, argumenta que o surgimento de um sistema industrial em uma economia dependente de exportações de *commodities* é inviável. Nesse contexto, os excedentes gerados nas atividades exportadoras não se convertem facilmente em capitais industriais capazes de impulsionar um processo de industrialização pleno. No entanto, é possível observar a emergência de unidades industriais conectadas às atividades exportadoras, pois estas demandam a criação de atividades complementares. Podemos citar como exemplo a soja que, após a colheita, necessita da indústria de ensacamento para ser transportada e comercializada.

Além disso, Furtado (2000) discute a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), que estabelece uma relação entre países periféricos e centrais. Nesse contexto, ocorre uma especialização do trabalho global, em que os países periféricos atuam como produtores e fornecedores de produtos primários, enquanto demandam produtos de maior valor agregado, ou seja, produtos industrializados, provenientes dos países centrais enfatizando a assimetria estrutural que caracteriza o sistema econômico global.

Dessa forma, pode-se associar o argumento de Furtado (2000) sobre o desenvolvimento com o caso brasileiro em relação à exportação de *commodities* para a China a partir dos anos 2000, visto que, o mesmo está intrinsecamente relacionado aos princípios fundamentais da Teoria da Dependência. Ao destacar a inviabilidade do surgimento de um sistema industrial pleno em uma economia centrada na exportação de produtos primários, Furtado (2000) ressalta a fragilidade dos países periféricos frente à dinâmica desigual do sistema econômico global.

Nesse contexto, a Teoria da Dependência nos oferece uma lente analítica fundamental para compreender as relações assimétricas entre países centrais, como a China, e periféricos, como o Brasil, destacando a subordinação econômica dos últimos aos interesses dos

primeiros. A dependência brasileira em *commodities* reflete essa dinâmica na medida em que o país se torna cada vez mais sujeito a condições desfavoráveis pelos países dominantes, como a China.

### **3. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PARCERIA ENTRE BRASIL E CHINA A PARTIR DOS ANOS 2000**

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o restabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China data o ano de 1974 em um contexto de crescimento econômico e de um cenário internacional favorável, que incentivava o país a diversificar suas parcerias e buscar uma inserção mais competitiva no exterior (Oliveira, 2004). Como parte de sua política externa, caracterizada por uma forte participação em fóruns multilaterais e pela defesa das pautas do Terceiro Mundo, a aproximação com a China tornava-se essencial para conferir maior credibilidade e legitimidade à atuação brasileira no cenário global (Oliveira, 2004).

Segundo Oliveira (2004), embora essa aproximação tenha inicialmente impulsionado os fluxos comerciais, as relações entre Brasil e China permaneceram, em grande medida, concentradas no âmbito político e diplomático, enfatizando a convergência de posicionamentos diante do sistema internacional. Foi apenas na década de 1990, com a abertura econômica do Brasil e a crescente integração da China ao comércio global, que os laços comerciais entre os dois países se fortaleceram.

Até o final dos anos 1990, a China não ocupava uma posição de destaque na balança comercial brasileira. Contudo, esse cenário começou a mudar no início do século XXI, quando houve um crescimento significativo do comércio mundial, influenciado pelo crescimento das economias emergentes. Esse movimento levou a um aumento na demanda por *commodities* alimentícias ocasionando uma inflação nos preços desses produtos, fenômeno conhecido como “*boom das commodities*”. (Vieira Filho; Fishlow, 2017 *apud* Fontana, 2017).

Nesse contexto, a expansão econômica chinesa intensificou a demanda por *commodities* agrícolas e minerais, favorecendo diretamente o Brasil. O país consolidou-se como um dos principais fornecedores desses produtos para o mercado chinês. Em 2002, a China já havia ultrapassado o Japão como principal parceiro comercial do Brasil na Ásia (Oliveira, 2004). A crescente necessidade chinesa de insumos básicos resultou em um



aumento expressivo nas exportações brasileiras, especialmente de soja, carne bovina e minério de ferro, que se tornaram os pilares da relação comercial bilateral.

Diante disso, em novembro de 2001, a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale S.A.) estabeleceu uma *joint-venture* com a siderúrgica chinesa *Baosteel*, uma das maiores produtoras de aço do mundo (Companhia Vale do Rio Doce, 2002). As *joint-ventures* são parcerias estratégicas formadas por empresas nacionais ou internacionais com o objetivo de realizar projetos específicos, surgindo da necessidade de preparo econômico-financeiro, tecnológico e administrativo das partes envolvidas. Trata-se de um modelo de cooperação empresarial, amplamente adotado no cenário econômico internacional, visto que, essas alianças não apenas viabilizam a ampliação dos mercados globalizados, como também impulsionam o desenvolvimento tecnológico das empresas participantes e contribuem para o progresso econômico dos países onde são implementadas. A popularidade das *joint-ventures* no mercado global deve-se, sobretudo, à sua flexibilidade e à capacidade de adaptação a diferentes setores e atividades econômicas (Finkelstein, 2017). Assim, esse acordo reforçou os laços comerciais entre os dois países, especialmente no setor de mineração, atendendo à crescente demanda chinesa por minério de ferro durante seu acelerado processo de industrialização (IPEA, 2010). A parceria consolidou a China como um mercado essencial para as exportações brasileiras de *commodities*, um movimento que se tornaria ainda mais relevante nas décadas seguintes.

Em setembro de 2002, outra colaboração significativa foi concretizada: a Embraer, líder global na fabricação de aviões regionais, firmou uma *joint-venture* com a AVIC2 (Aviation Industry Corporation of China II), uma das principais estatais do setor aeronáutico chinês (Embraer, 2002). O objetivo era produzir aeronaves regionais para o mercado asiático, combinando a tecnologia brasileira com o potencial industrial da China (Reuters, 2002). Essa iniciativa representou um passo importante na internacionalização da Embraer e demonstrou o interesse chinês em desenvolver sua indústria aeronáutica com apoio estrangeiro (Dussel Peters, 2015). Apesar de desafios regulatórios e concorrência em setores sensíveis, essas *joint-ventures* iniciais foram fundamentais para consolidar uma cooperação que se mostraria vital para o desenvolvimento econômico brasileiro (Oliveira, 2017). Dessa forma, as grandes empresas não mediram esforços para entrar no promissor e gigantesco mercado chinês.

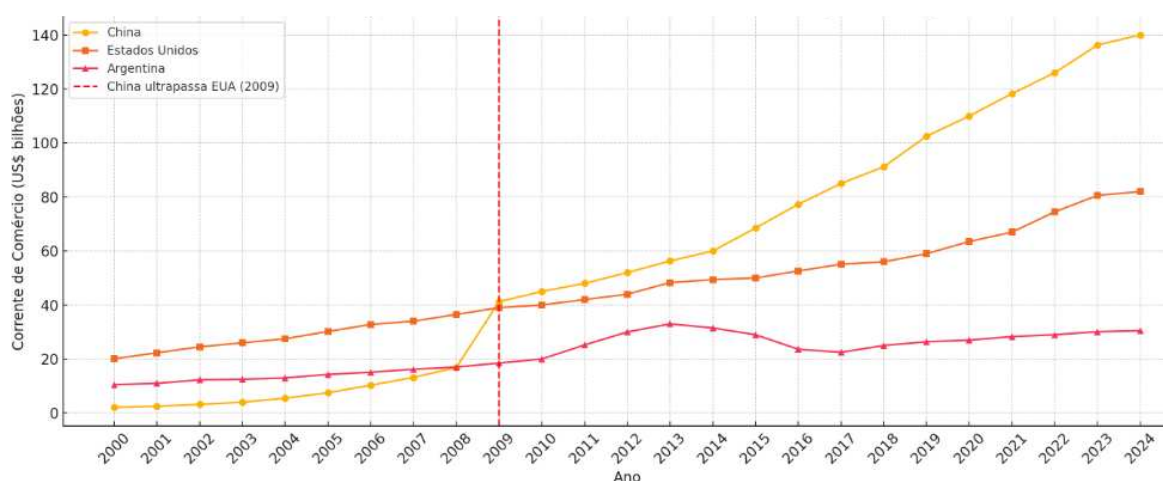
Nessa conjuntura, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 2001, representou um marco fundamental para as relações comerciais sino-brasileiras. Ao se integrar formalmente ao sistema multilateral de comércio, a China assumiu compromissos de abertura de mercado, redução de barreiras tarifárias e adoção de

regras mais transparentes (WTO, 2001), o que criou um ambiente mais previsível e seguro para os negócios internacionais.

Pouco tempo depois, em janeiro de 2003, a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez com que o Brasil passasse a adotar uma política externa voltada para o fortalecimento da cooperação com países em desenvolvimento, especialmente os da Ásia, África e América Latina. Nesse contexto, a China foi elevada à condição de parceiro estratégico prioritário (Oliveira, 2017). Em vista disso, em 2004, houve a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) que institucionalizou o diálogo bilateral em áreas estratégicas como comércio, investimentos, energia, agricultura e cooperação tecnológica (Brasil, 2017). Essa iniciativa permitiu a estruturação de uma agenda comum, facilitando a coordenação entre os dois países em temas de interesse mútuo, e teve seu início em 2006, momento em que ocorreu a primeira reunião efetiva da COSBAN.

Já no ano de 2009, a China ultrapassou os Estados Unidos e se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, consolidando-se como principal destino das exportações brasileiras (Fontana, 2017), como pode ser observado no gráfico abaixo. A partir de 2012, o país também se tornou o principal importador de produtos brasileiros, superando a União Europeia. A participação da China na balança comercial do agronegócio brasileiro cresceu de 3,03% em 1997 para 24,12% em 2015, demonstrando a relevância da demanda chinesa para a economia brasileira (Fontana, 2017).

**Gráfico 3: A evolução dos maiores parceiros comerciais do Brasil (2000-2024)**



Fonte: MDIC, Comexstat, 2024. Elaboração própria.

Além do comércio, o país asiático tornou-se uma das maiores fontes de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil. Em 2015, os dois países estabeleceram o Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva, no valor de US\$20 bilhões, destinado a financiar projetos de infraestrutura, energia e desenvolvimento industrial (Brasil, 2017). Esse fundo representou um marco na relação bilateral, consolidando a China como um dos maiores investidores estrangeiros no país. Segundo dados do Banco Central do Brasil (2022), os investimentos diretos chineses concentram-se principalmente nos setores de energia (incluindo renováveis), mineração e infraestrutura.

A parceria bilateral também avançou no campo político e multilateral. Brasil e China têm atuado conjuntamente em instituições e fóruns como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o grupo BRICS, reforçando sua sintonia no cenário internacional (Abdenur, 2016). A criação do AIIB em 2016, liderado pela China, representou um novo marco na arquitetura financeira global. O Brasil aderiu à iniciativa em 2017 como membro não-regional, buscando diversificar suas fontes de financiamento para projetos de infraestrutura com condições mais favoráveis e menor ingerência política (Carvalho; Veras; Steenhagen, 2023).

No âmbito dos BRICS, destaca-se a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) em 2014, com sede em Xangai. A instituição tem financiado diversos projetos brasileiros nas áreas de energia renovável e infraestrutura sustentável, além de representar um espaço estratégico para a coordenação de posições em fóruns multilaterais, especialmente em temas como comércio internacional e reforma da governança global (Agência Gov, 2025).

Em 2019, o Brasil registrou um crescimento expressivo nas exportações de carne bovina e suína para a China (G1, 2019). Esse movimento esteve diretamente relacionado à crise sanitária provocada pela peste suína africana, que dizimou grande parte do rebanho chinês e aumentou a demanda por proteínas importadas. Como consequência, o Brasil se consolidou como principal fornecedor de carne para o mercado chinês (G1, 2019).

Em contrapartida, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) a relação entre Brasil e China passou por momentos de tensão nos campos político e diplomático. Logo no início de seu mandato, Bolsonaro adotou um discurso ideologicamente alinhado ao governo de Trump, tratando a China como uma ameaça ao mundo democrático. Esse tipo de postura contribuiu para um abalo na confiança diplomática entre os dois países. No entanto, apesar das declarações polêmicas e do distanciamento ideológico, a realidade econômica freou o agravamento das tensões. A China continuava sendo o principal parceiro comercial do Brasil, especialmente como destino de exportações do agronegócio, como soja e carne bovina. Dessa

forma, apesar das turbulências políticas, a cooperação comercial se manteve sólida, revelando o grau de interdependência entre as duas economias (Amorim, 2020; CEBC, 2020).

Já em 2020, durante a pandemia de COVID-19, a China tornou-se o principal fornecedor de vacinas, insumos farmacêuticos e equipamentos de proteção individual para o Brasil. As vacinas da Sinovac (Coronavac), produzidas em parceria com o Instituto Butantan, foram fundamentais para o início da imunização em massa no país (Instituto Butantan, 2021). Além disso, houve uma intensificação da cooperação em saúde e tecnologia, com trocas constantes entre instituições dos dois países (Brasil, 2021).

Mais recentemente, a guerra comercial entre Estados Unidos e China, iniciada em 2016, foi intensificada durante o governo de Donald Trump, causando impactos na relação comercial entre Brasil e China. As tarifas impostas pelos Estados Unidos a diversos produtos chineses, conhecidas como "tarifaço", foram seguidas por medidas retaliatórias por parte da China, que passou a buscar novos fornecedores globais. Nesse contexto, o Brasil emergiu como uma alternativa, assumindo o espaço deixado pelas exportações norte-americanas. Desse modo, as exportações da China dispararam em março, sinalizando sua capacidade de redirecionar fluxos comerciais (G1, 2025).

A importância estratégica da parceria sino-brasileira foi bem sintetizada por Li Ruihuan, então presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (1993–2003), ao afirmar:

A América Latina representa uma das regiões mais dinâmicas do planeta no que se refere ao desenvolvimento econômico. No plano político, a região, em particular o Brasil, ocupa importante localização estratégica no mundo. O Brasil é o maior país em desenvolvimento no cenário latino-americano e a China é o maior país em desenvolvimento no mundo. Entre os dois países existem muitos pontos de identidade: estão empenhados em conseguir desenvolvimento econômico e em melhorar as condições de vida de suas populações. Portanto, a cooperação carrega um significado muito relevante para os dois países, já que entre nós não existem choques de interesses fundamentais. O que existe, sim, são dois países que se complementam. Portanto, vejo horizontes muito promissores para as relações entre os nossos países, especialmente no campo econômico. (Folha de São Paulo, 1995 *apud* Oliveira, 2004).

Por fim, com o intuito de facilitar a compreensão do percurso histórico da parceria entre Brasil e China, será adicionado um quadro-resumo destacando os principais marcos dessa trajetória a partir de 2001, ano que deu início ao século XXI.

**Quadro 1- Principais marcos da trajetória da parceria entre Brasil e China a partir dos anos 2000**

2001	A Companhia Vale do Rio Doce estabeleceu uma <i>joint-venture</i> com a siderúrgica chinesa Baosteel, entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).
2002	Embraer firmou uma <i>joint-venture</i> com a AVIC2, China ultrapassa o Japão como principal parceiro comercial do Brasil na Ásia.
2003	O Brasil adota uma política externa voltada para o fortalecimento da cooperação com países em desenvolvimento.
2004	Criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).
2006	Realizada a primeira reunião efetiva da COSBAN marcando o início da estruturação formal da cooperação bilateral.
2009	A China ultrapassa os Estados Unidos e se torna o maior parceiro comercial do Brasil, consolidando-se como principal destino das exportações brasileiras.
2012	A China se torna o principal importador de produtos brasileiros.
2014	Destaca-se a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) em 2014, com sede em Xangai.
2015	Foi estabelecido o Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva, no valor de US\$20 bilhões, destinado a financiar projetos de infraestrutura, energia e desenvolvimento industrial.
2017	O Brasil aderiu à iniciativa do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) como membro não-regional.
2019	O Brasil se consolidou como principal fornecedor de carne para o mercado chinês devido à crise sanitária provocada pela peste suína africana.

2020	A China tornou-se o principal fornecedor de vacinas, insumos farmacêuticos e equipamentos de proteção individual para o Brasil.
2025	Brasil assumiu o espaço deixado pelas exportações norte-americanas levando a um aumento das exportações

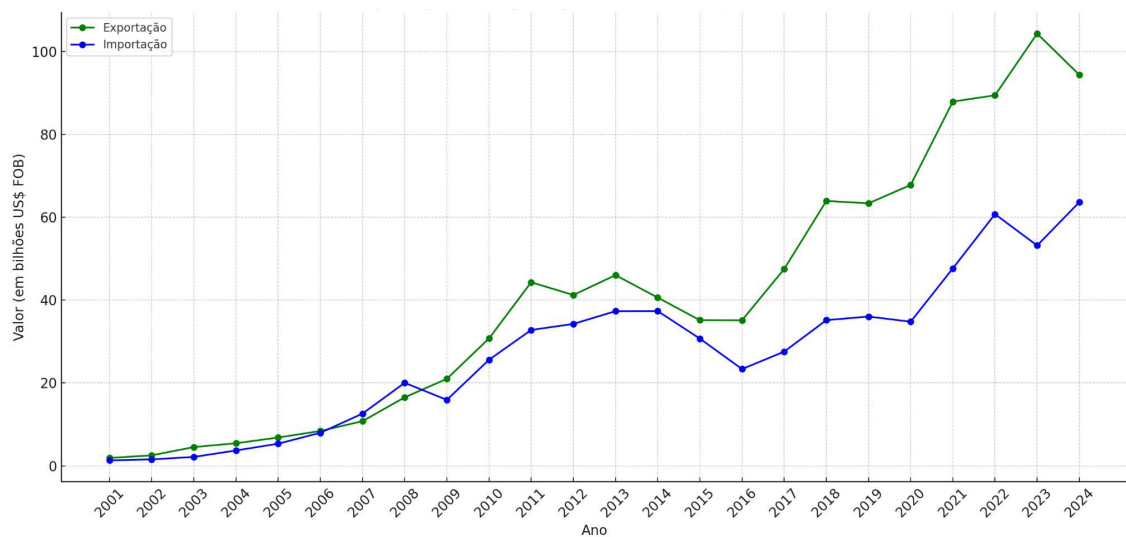
Fonte: Elaboração Própria.

Conclui-se, assim, que a consolidação da parceria entre Brasil e China não foi resultado de uma iniciativa isolada, mas sim de um processo diplomático contínuo conduzido ao longo de décadas. Tal cooperação, inicialmente de cunho político, evoluiu para uma relação comercial, financeira e estratégica, refletindo interesses complementares e uma visão compartilhada de desenvolvimento.

#### **4. ESTRUTURA DA PAUTA COMERCIAL BRASIL-CHINA (2001-2024)**

O comércio entre Brasil e China passou por notáveis mudanças nas últimas duas décadas, revelando padrões que refletem as trajetórias econômicas distintas dos dois países. Como supracitado, a partir dos anos 2000, com a intensificação das relações bilaterais, houve um crescimento expressivo no volume total das exportações e importações, tornando a China o principal parceiro comercial do Brasil. Esse movimento é evidenciado no Gráfico 1 a seguir, que apresenta a evolução anual dos fluxos comerciais gerais entre os dois países, sem distinção por produto ou setor. Observa-se um aumento contínuo das exportações brasileiras, que superam as importações em boa parte do período, resultando em um superávit comercial consistente. As variações registradas ao longo do tempo acompanham fatores como crises econômicas, mudanças na demanda global e políticas comerciais específicas, refletindo a importância estratégica da relação bilateral no cenário internacional.

**Gráfico 4: Exportações e Importações Brasil-China (2001-2024)**



Fonte: MDIC, Comexstat, 2025a. Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 1 acima, em 2008, o fluxo de importações entre Brasil e China caíram como reflexo direto da crise financeira global iniciada nos Estados Unidos. A crise teve origem no colapso do mercado imobiliário americano, causado pela expansão desenfreada de empréstimos de alto risco, os chamados "*subprimes*", que levou à falência de grandes instituições financeiras, como o banco *Lehman Brothers*, em setembro daquele ano (Bresser-Pereira, 2010). Esse evento desencadeou um efeito dominó nos mercados mundiais, provocando a quebra das bolsas de valores em diversos países, inclusive no Brasil e na China. A quebra das bolsas foi resultado do pânico generalizado dos investidores, que retiraram capitais de mercados emergentes e passaram a evitar riscos, gerando grande instabilidade e queda acentuada nos índices das principais bolsas do mundo (Curado; Nakabashi, 2008).

Como consequência, houve uma retração do comércio internacional. O Brasil passou a importar menos bens manufaturados chineses, devido à diminuição da atividade econômica interna e à desvalorização do real frente ao dólar (Fonseca, 2013). Além disso, os preços das *commodities* no mercado internacional caíram, o que reduziu o valor das exportações brasileiras, mesmo quando os volumes físicos exportados não tiveram grandes variações (Fonseca, 2013). Dessa forma, a crise de 2008 impactou diretamente o fluxo comercial entre Brasil e China, com uma queda significativa nas importações naquele ano.

A partir de 2014, a economia chinesa passou por um processo de deliberada desaceleração que marcou uma mudança em seu modelo de crescimento conforme documentado no 13º Plano Quinquenal (2016-2020) do governo chinês (National

Development and Reform Commission, 2016) . Essa transição refletiu um esforço deliberado do governo chinês em abandonar a estratégia baseada em altos investimentos em infraestrutura e exportações, priorizando, em seu lugar, a expansão do mercado interno e do setor de serviços. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) caiu para 7,3% em 2014 — o menor índice em 24 anos —, indicando uma nova fase de “normalização” após décadas de expansão acelerada (BBC News Brasil, 2015).

A desaceleração chinesa, contudo, não pode ser compreendida apenas como um movimento conjuntural. Trata-se de um fenômeno estruturado em desafios internos entre eles, destacam-se o excesso de capacidade industrial, o endividamento dos governos locais e o esfriamento do mercado imobiliário (FMI, 2023).

O excesso de capacidade produtiva tornou-se evidente após os pacotes de estímulo implementados pelo governo chinês entre 2008 e 2009 (Uol, 2010), que incentivaram investimentos intensivos em setores como siderurgia, cimento e alumínio. Como consequência, a capacidade de produção ultrapassou de forma significativa a demanda interna, gerando acúmulo de estoques, redução de preços e tensões comerciais com outros países. A indústria do aço, por exemplo, teve sua produção aumentada em quase sete vezes entre 2000 e 2015, passando de 150 milhões para cerca de 1,2 bilhão de toneladas métricas por ano (The White House, 2016). Essa superprodução, além de prejudicar a eficiência da economia doméstica, alimentou disputas comerciais com países importadores afetados pelas exportações subsidiadas (Barrons, 2023).

Outro entrave estrutural relevante foi o crescimento acelerado da dívida dos governos locais. Impedidos legalmente de contrair dívidas diretamente, muitos desses governos recorreram aos chamados Veículos de Financiamento de Governos Locais (LGFVs) para captar recursos destinados a obras de infraestrutura. Essa prática elevou substancialmente os níveis de endividamento e provocou preocupação sobre a sustentabilidade fiscal do país. Em 2015, o governo central estabeleceu um limite de 16 trilhões de *yuan*s — cerca de US\$ 2,5 trilhões — para a dívida total desses entes federativos (Reuters, 2016). Esse cenário aumentou o risco sistêmico e fragilizou a capacidade do Estado de responder a novos choques econômicos (PIIE, 2020).

Paralelamente, o mercado imobiliário chinês — um dos pilares do crescimento durante a década de 2000 — começou a apresentar sinais de esgotamento. Após anos de expansão alimentada por investimentos públicos e privados, o setor registrou uma desaceleração significativa. Em 2015, o crescimento dos investimentos em imóveis caiu para 1%, o menor patamar em quase sete anos (Reuters, 2016). Essa retração impactou



negativamente diversos setores correlacionados, como o de materiais de construção e o sistema financeiro, além de comprometer as receitas dos governos locais, que dependiam fortemente da venda de terrenos como fonte de financiamento conforme destacado pelo *Financial Times* (2015), ao apontar que a desaceleração no mercado imobiliário chinês reduziu significativamente a arrecadação obtida com a comercialização de terrenos. Pettis (2022), argumenta que esses desequilíbrios eram intrínsecos ao modelo de crescimento acelerado anteriormente adotado pela China, exigindo reformas estruturais profundas para permitir uma transição econômica mais equilibrada e sustentável no longo prazo.

Os efeitos dessa desaceleração foram sentidos de forma direta na economia brasileira, principalmente nas relações comerciais entre os dois países. A China, que havia se tornado o principal destino das exportações brasileiras, reduziu significativamente sua demanda por *commodities* como minério de ferro e soja. A menor atividade industrial e o recuo na construção civil chinesa impactaram negativamente os preços dessas matérias-primas no mercado internacional, afetando a balança comercial brasileira. Como destaca a BBC News Brasil (2015), essa queda na demanda chinesa coincidiu com um período de retração econômica no Brasil, agravando ainda mais o cenário recessivo.

Além disso, a desaceleração chinesa provocou instabilidade nos mercados financeiros globais, com reflexos diretos sobre as economias emergentes. Conforme reportado pelo G1 (2015), investidores internacionais passaram a retirar capitais de países como o Brasil, o que intensificou a volatilidade cambial e contribuiu para a desvalorização do real. Diante da dependência crescente do mercado chinês, especialmente para a exportação de produtos primários, o Brasil viu-se vulnerável aos efeitos colaterais de mudanças estruturais na economia de seu principal parceiro comercial.

Com isso, a recuperação econômica chinesa se deu através do plano *Made in China 2025* (MIC 2025), uma estratégia industrial lançada pela República Popular da China em maio de 2015, com o objetivo de transformar o país de uma potência manufatureira de baixo custo em uma liderança global em manufatura de alta tecnologia. Inspirado na iniciativa alemã “Indústria 4.0”, o plano representa um esforço sistemático do governo chinês para modernizar a estrutura produtiva nacional, reduzir a dependência de tecnologias estrangeiras e promover o crescimento econômico por meio da inovação tecnológica (Merics, 2016; Made in China Backgrounder, 2015).

Segundo Merics (2016), o MIC 2025 estabelece um roteiro de desenvolvimento dividido em três etapas. A primeira, entre 2015 e 2025, visa consolidar as bases da modernização industrial, promovendo a digitalização da manufatura, o fortalecimento das

capacidades de inovação e o estabelecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento em setores estratégicos. A segunda etapa, projetada para o período de 2025 a 2035, tem como foco elevar a China ao patamar intermediário entre as principais potências industriais globais, com empresas chinesas ganhando maior competitividade e presença internacional. Por fim, a terceira etapa, prevista para ocorrer entre 2035 e 2049, objetiva posicionar a China como liderança global em padrões e normas industriais, consolidando sua soberania tecnológica e influência no cenário internacional.

Para alcançar esses objetivos, o plano estabelece dez setores prioritários: tecnologia da informação de nova geração; máquinas-ferramentas e robótica; aeroespacial e aviação; equipamentos marítimos avançados; transporte ferroviário de alta velocidade; veículos com novas fontes de energia; equipamentos elétricos; máquinas agrícolas modernas; novos materiais; e biotecnologia com dispositivos médicos avançados (Merics, 2016) . A política industrial voltada para esses setores é sustentada por mecanismos como subsídios estatais, financiamento público, estímulo à pesquisa e desenvolvimento (P&D), incentivos fiscais, políticas de compras governamentais e apoio à internacionalização de empresas nacionais (Merics, 2016; Made in China Backgrounder, 2015).

Além disso, um dos pilares do MIC 2025 é a estratégia de substituição de importações, por meio da qual o governo chinês busca desenvolver capacidades tecnológicas autônomas em áreas consideradas sensíveis, como semicondutores, inteligência artificial, robótica e equipamentos industriais de alta precisão (Made in China Backgrounder, 2015). A política incentiva fusões e aquisições de empresas estrangeiras, bem como a criação de ecossistemas de inovação integrando universidades, institutos de pesquisa e parques tecnológicos (Made in China Backgrounder, 2015).

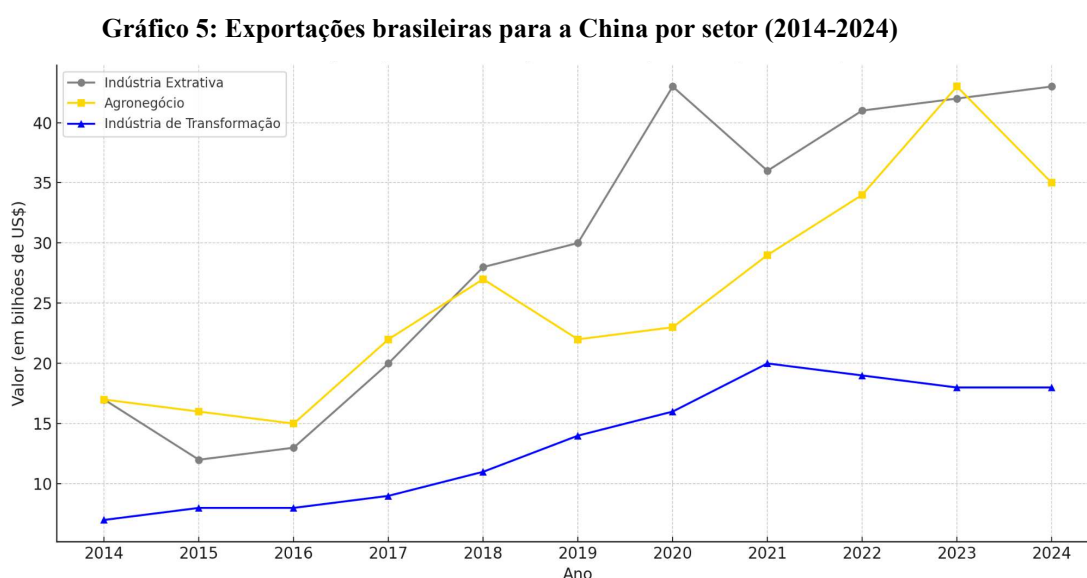
O lançamento do plano coincidiu com um período de desaceleração econômica na China. A partir de 2015, o modelo de crescimento baseado em exportações, investimentos em infraestrutura e mão de obra de baixo custo mostrou sinais de esgotamento, resultando em menor dinamismo econômico, excesso de capacidade produtiva e aumento dos riscos financeiros. Nesse contexto, o MIC 2025 emergiu como uma resposta estratégica para reestruturar a economia nacional, impulsionando setores de alto valor agregado e promovendo um novo ciclo de crescimento orientado pela inovação e pela tecnologia (Merics, 2016; Made in China Backgrounder, 2015).

A partir da implementação do plano, observou-se o fortalecimento de empresas chinesas em setores-chave, como a *BYD*, no ramo de veículos elétricos, e a *Huawei*, na área de telecomunicações e semicondutores. Essas empresas passaram a competir em pé de

igualdade com grandes corporações globais, refletindo os avanços tecnológicos promovidos pelas políticas do *Made in China 2025* (Merics, 2016). Além disso, regiões industriais antes afetadas pela obsolescência passaram a ser reestruturadas a partir de investimentos estratégicos em inovação, aumentando a produtividade e a qualidade do parque industrial chinês (Merics, 2016).

Dessa forma, desde a concretização do *Made in China 2025*, a demanda chinesa por *commodities* estratégicas aumentou significativamente, refletindo a intensificação de seu processo de modernização industrial e urbanização. Esse movimento gerou impactos diretos sobre o comércio exterior brasileiro, especialmente no setor de exportação de recursos naturais. A necessidade de matérias-primas como petróleo, celulose e produtos agrícolas — fundamentais para sustentar os setores prioritários definidos pelo plano chinês — impulsionou as compras da China junto ao Brasil. Como resultado, observou-se um crescimento consistente nas exportações brasileiras, em particular de soja, minério de ferro e carne bovina, produtos que passaram a ocupar posição central na pauta comercial bilateral.

Podemos confirmar essa afirmação a partir da visualização do gráfico a seguir, onde a linha cinza representa a indústria extrativa, a linha amarela equivale aos produtos do agronegócio e a azul produtos provenientes da indústria de transformação.



Fonte: MDIC, ComexStat, 2025b.

O aprofundamento dessa relação econômica reforça a posição do Brasil como um fornecedor estratégico de insumos essenciais para o avanço da China rumo a uma economia de base tecnológica, demonstrando como a política industrial chinesa também reconfigura

fluxos comerciais globais em benefício de países com forte vocação exportadora de *commodities* (Cebs, 2020; Funcex, 2019).

Uma análise comparativa dos dados de 2002 e 2024 mostra não apenas um crescimento exponencial no volume de negócios, mas também uma reestruturação desse intercâmbio, influenciada pelo plano industrial chinês *Made in China 2025* (MIC 2025) (State Council of China, 2015) que redefiniu os padrões de comércio bilateral. O ano de 2002 foi escolhido como ponto de partida por marcar um momento em que a China já se consolidava como principal parceiro comercial do Brasil na Ásia e havia recém-ingressado na Organização Mundial do Comércio (OMC), fator que impulsionou sua integração ao comércio global.

Desta forma, de acordo com dados do *ComexStat*, o sistema de divulgação de estatísticas do comércio exterior do Brasil integrado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; referentes ao ano de 2002, os principais produtos exportados pelo Brasil para a China foram:

**Quadro 2: 10 produtos mais exportados pelo Brasil para a China em 2002**

País	Descrição do item	2002 - Valor US\$ FOB
China	Soja	823.446.123
China	Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	416.437.265
China	Minério de ferro aglomerado (sinters, pellets, briquetes, etc)	180.788.203
China	Óleo cru, mesmo degomado	116.576.677
China	Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução, não-coníferas	109.150.406
China	Madeiras de espécies não coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6mm	67.162.027
China	Tabaco completamente ou parcialmente descaulificado ou desnervado	66.736.140
China	Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a frio (a frio). De uma largura de 600 milímetros ou mais, em rolos	41.220.118
China	Couros e peles não preparados no estado seco	37.327.774
China	Outras partes e acessórios	36.316.644

Fonte: MDIC, ComexStat — Dados do Ano de 2002, 2025c.

Esse quadro revela que, em 2002, a pauta exportadora brasileira para a China era altamente concentrada em produtos primários, como soja e minério de ferro. Isso indica uma

inserção dependente do Brasil na economia global, voltada para o fornecimento de insumos básicos à industrialização chinesa. A presença limitada de produtos industrializados nessa lista reflete a estrutura econômica brasileira voltada para a exportação de *commodities*, característica das economias periféricas segundo a Teoria da Dependência. A predominância desses itens revela uma relação de complementaridade assimétrica entre os países, com o Brasil suprimindo as necessidades energéticas e alimentares da China em troca de manufaturados.

E os produtos mais importados foram:

**Quadro 3: 10 produtos mais importados pelo Brasil da China em 2002**

País	Descrição do item	2002 - Valor US\$ FOB
China	Coques e semi-coques (incluindo resíduos) de hulha, de linhita ou de turfa, mesmo aglomerados; carvão de retorta	102.688.465
China	Partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos e equipamentos receptores de radiodifusão, televisão	97.788.495
China	Outros	62.914.142
China	Partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos transmissores/receptores	44.690.207
China	Processadores e controladores, mesmo combinados com memórias, conversores, circuitos lógicos, amplificadores, circuitos temporizadores e de sincronização, outros circuitos	36.381.022
China	Outros dispositivos óticos, aparelhos e instrumentos	34.539.112
China	Peças e acessórios (exceto estojos, capas e semelhantes) exclusiva ou principalmente destinados às placas-mãe (mother boards), montadas, para máquinas de processamento de dados	33.932.488
China	Triciclos, patinetes, carros de pedais e outros brinquedos semelhantes de roda; carrinhos para bonecos; outros brinquedos	25.781.350

	de tamanho reduzido modelos (“escala”) e modelos semelhantes para divertimento, mesmo animados; puzzles de todos os tipos	
China	Lâmpadas de descarga (exceto de raios ultravioleta)	24.651.940
China	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados	22.071.553

Fonte: MDIC, ComexStat — Dados do Ano de 2002, 2025d.

Em contrapartida às exportações brasileiras de bens primários, o Brasil importava majoritariamente bens industriais e tecnológicos da China, mesmo que de menor complexidade à época, como peças eletrônicas, brinquedos e componentes básicos para rádio e televisão como pode ser notado no Quadro 3. Esse padrão revela uma dependência estrutural da indústria brasileira em relação a insumos e produtos manufaturados externos, limitando o desenvolvimento da indústria nacional. A balança comercial, ainda que equilibrada em termos de valores, expressava uma desigualdade qualitativa no intercâmbio, com o Brasil fornecendo produtos de baixo valor agregado e recebendo produtos com maior conteúdo tecnológico.

Agora, quando faz-se essa mesma análise considerando os principais produtos exportados para a China em 2024 foram:



**Quadro 4: 10 produtos mais exportados pelo Brasil para a China em 2024**

País	Descrição do item	2024 - Valor US\$ FOB
China	Soja	31.489.699.369
China	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, cruds	19.964.084.394
China	Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	19.809.410.641
China	Carne de gado bovino congelada, desossada	5.979.676.712
China	Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução, não-coníferas	3.999.436.822
China	Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado	1.730.603.083
China	Açúcar de cana, em bruto	1.392.958.105
China	Cortes de aves ou outros despojos, congelados	1.288.002.280
China	Ferro-ligas, n.e.p.	1.146.404.817
China	Minérios de cobre e seus concentrados	827.481.658

Fonte: MDIC, ComexStat - Dados do ano de 2024, 2025e.

Observa-se no Quadro 4 a manutenção do padrão de especialização regressiva da economia brasileira, com predominância de *commodities* como soja, petróleo e minério de ferro entre os principais produtos exportados. O aumento significativo nos valores dessas exportações está diretamente ligado à intensificação da demanda chinesa por insumos básicos.

Já os produtos mais importados foram:

**Quadro 5: 10 produtos mais importados pelo Brasil da China em 2024**

País	Descrição do item	2024 - Valor US\$ FOB
China	Veículos automóveis para transporte de pessoas, n.e.p.	3.136.185.663
China	Dispositivos fotossensíveis semicondutores; diodos emissores de luz	2.676.842.452
China	Meios magnéticos	1.291.972.246
China	Peças	1.282.918.863
China	Herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas	1.276.459.104
China	Conversores estáticos (por exemplo, retificadores)	1.165.428.804
China	Sulfato de amônio	937.432.809
China	Processadores e controladores, mesmo combinados com memórias, conversores, circuitos lógicos, amplificadores, circuitos temporizadores e de sincronização, outros circuitos	856.164.076
China	Outras partes e acessórios	742.152.659
China	Outros aparelhos para transmissão ou recepção de voz, imagens ou outros dados, incluindo os aparelhos para comunicação em redes por fio ou sem fio (tais como uma rede local ou de longa distância)	669.787.918

Fonte: MDIC, ComexStat — Dados do Ano de 2024, 2025f.

O Quadro 5 mostra uma transformação qualitativa significativa nas importações brasileiras da China, que passaram a incluir itens de alta tecnologia como semicondutores, veículos automotores (inclusive elétricos), herbicidas e componentes eletrônicos avançados.

Em suma, após analisar os quadros acima, podemos verificar que no início dos anos 2000, as exportações brasileiras para a China já eram fortemente concentradas em produtos primários. Em 2002, os principais itens vendidos incluíam: Soja (US\$823 milhões) e minério de ferro (US\$416 milhões). Essa pauta refletia a demanda crescente da China por matérias-primas para sustentar seu acelerado crescimento industrial, que na época se baseava em manufaturas de baixo custo (World Bank, 2003).

Vinte anos depois, em 2024, o perfil das exportações brasileiras manteve-se semelhante, mas com valores muito maiores devido ao aumento da demanda chinesa: a soja saltou para US\$ 31,5 bilhões, o petróleo bruto atingiu US\$ 19,9 bilhões e o minério de ferro chegou a US\$ 19,8 bilhões (MDIC, 2024). Podemos concluir que esse crescimento está diretamente ligado ao plano *Made in China 2025*, lançado em 2015 pelo governo chinês com o objetivo de transformar o país em uma potência industrial de alta tecnologia (State Council of China, 2015). O plano aumentou a demanda por insumos básicos, como minérios e produtos agrícolas, para alimentar a produção de bens mais sofisticados, como semicondutores e veículos elétricos.

No início dos anos 2000, a China ainda era vista como a "fábrica do mundo", devido à sua mão de obra abundante e barata, infraestrutura desenvolvida, políticas governamentais favoráveis, e uma cadeia de suprimentos eficiente, exportando principalmente produtos industriais de baixo valor agregado (Leão; Pinto; Acioly, 2011). Em 2002, os principais itens que a China vendia ao Brasil eram: Coque (US\$102 milhões), usado na siderurgia, componentes eletrônicos simples (US\$97 milhões) e processadores básicos (US\$36 milhões) (MDIC, 2025d). Essa pauta refletia o estágio inicial da industrialização chinesa, quando o país ainda dependia de tecnologia estrangeira para produzir bens mais complexos (Lardy, 2002).

No entanto, em 2024, a estrutura das exportações chinesas para o Brasil mudou radicalmente, mostrando o sucesso do MIC 2025 em elevar a China na cadeia global de valor. Os principais produtos passaram a ser: veículos automotivos (US\$3,1 bilhões), incluindo carros elétricos, semicondutores (US\$2,6 bilhões), essenciais para indústria eletrônica e produtos químicos avançados (US\$1,2 bilhão), como herbicidas e fertilizantes de alta eficiência (MDIC, 2025f). Essa mudança foi possível graças a investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento (P&D), que saltaram de 1% do PIB chinês em 2000 para 2,5% em 2024, além de subsídios estatais para empresas estratégicas, como a *Huawei* (em chips) e a *BYD* (em veículos elétricos) (Huang, 2018), o que demonstra um compromisso contínuo com o avanço tecnológico.

## 5. AVALIANDO AS CONSEQUÊNCIAS DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO À CHINA

Este plano ambicioso, que visa tornar a China líder global em tecnologia e manufatura avançada até 2049 criou um cenário de complementaridade assimétrica entre os dois países, com implicações para a economia brasileira. Desde sua implementação, observamos um crescimento exponencial das exportações brasileiras de commodities para a China. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC, 2023) revelam que as vendas de minério de ferro aumentaram quase cinco vezes, enquanto as de soja mais que triplicaram. Esse *boom* reflete diretamente as necessidades da indústria chinesa em seu processo de modernização, que demanda volumes crescentes de matérias-primas para alimentar seu parque industrial em constante expansão (World Bank, 2023). Assim, também é importante reconhecer que a industrialização e a segurança alimentar chinesas também são fortemente sustentadas pelas exportações brasileiras.

Por outro lado, as importações brasileiras da China sofreram uma transformação qualitativa impressionante. Conforme análise da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2023), o que antes eram produtos eletrônicos básicos e componentes industriais simples evoluiu para equipamentos de alta tecnologia, máquinas sofisticadas e insumos tecnológicos complexos. Essa mudança criou uma dependência, de certa forma, preocupante: hoje, mais de 80% dos componentes tecnológicos que o Brasil importa vêm da China, incluindo peças essenciais para nossa incipiente indústria 4.0 (ABDI, 2023).

Essa relação comercial desigual apresenta desafios significativos para o Brasil. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) analisou a intensificação das trocas comerciais entre Brasil e China, destacando que, entre 2000 e 2010, as exportações brasileiras para o país asiático cresceram de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 30,8 bilhões, enquanto as importações passaram de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 25,6 bilhões (IPEA, 2011). Embora esse crescimento tenha sido positivo para a balança comercial brasileira, ele reforçou a tendência de concentração das exportações em produtos primários, enquanto as importações chinesas passaram a incluir bens de maior valor agregado.

Essa relação comercial desigual apresenta três desafios principais para o Brasil. Primeiro, o fenômeno da "reprimarização" de nossa economia, onde a indústria nacional perde espaço para o setor de *commodities*. A dependência de produtos de baixo valor agregado limita a capacidade de geração de empregos qualificados e impede que o Brasil se insira nas cadeias globais de valor com maior competitividade. A ausência de uma política

industrial consistente tem aprofundado esse problema, e iniciativas para diversificar a produção brasileira ainda são incipientes (IEDI, 2019).

Segundo, o crescente déficit tecnológico, já que investimos apenas 1,2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento (MCTI, 2023), contra 2,5% da China. O baixo investimento em inovação resulta em uma indústria pouco competitiva, dependente de importação de insumos estratégicos e vulnerável às oscilações tecnológicas globais. O Brasil precisa adotar medidas para fortalecer seu setor de pesquisa, criar incentivos para empresas inovarem e estabelecer parcerias internacionais voltadas à transferência de tecnologia (Jenkins, 2018).

Terceiro, o risco de concentração de mercado decorrente da excessiva dependência de um único comprador (Jenkins, 2018). Atualmente, cerca de 31% das exportações do Brasil têm a China como destino (MDIC, 2023), tornando o país dependente da demanda chinesa. Essa dependência significa que qualquer mudança na política econômica chinesa pode impactar diretamente a balança comercial brasileira. A experiência do *boom das commodities* entre 2000 e 2014, seguido por uma desaceleração a partir de 2015, mostrou que essa sensibilidade pode gerar crises econômicas internas (World Bank, 2023). Para mitigar esse problema, o Brasil precisa expandir sua base exportadora, buscando novos mercados e estimulando a exportação de produtos industrializados.

No entanto, podemos apontar alguns caminhos promissores para reequilibrar essa relação. A cooperação sino-brasileira no programa *CBERS* (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) representa um modelo bem-sucedido de parceria estratégica que transcende a tradicional relação baseada em *commodities*. Desenvolvido conjuntamente desde 1988, o programa já colocou em órbita seis satélites de monitoramento ambiental e agrícola, combinando a expertise chinesa em tecnologia espacial com o conhecimento brasileiro em sensoriamento remoto aplicado a recursos naturais (Embrapa, 2023). Essa iniciativa demonstra que o Brasil pode buscar cooperação tecnológica em setores de alta complexidade, como o espacial, onde possui competências reconhecidas internacionalmente.

Dessa forma, o agronegócio brasileiro tem demonstrado um grande potencial para agregar valor às suas *commodities* — seja pela diversidade da produção, pelo avanço tecnológico no campo e pela demanda internacional por produtos processados — mas esse potencial ainda é subaproveitado. Os dados mais recentes do setor agroexportador brasileiro revelam um cenário de significativas oportunidades não aproveitadas em termos de agregação de valor. Na cadeia da soja, conforme demonstrado no Relatório Anual 2023 da ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), observa-se que 76,8% das exportações brasileiras ainda são realizadas na forma de grão in natura, enquanto apenas

18,2% são comercializadas como farelo e meros 5% como óleo de soja. Essa estrutura exportadora representa uma substancial perda de potencial econômico, uma vez que os produtos processados apresentam valorização expressiva no mercado internacional: o farelo alcança preços médios 16% superiores aos do grão, enquanto o óleo de soja chega a valer 120% a mais que a *commodity* básica (ABIOVE, 2023).

A situação análoga é verificada no segmento de carnes bovinas, conforme detalhado no *Brazilian Beef Report 2023* da ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes). Os dados mostram que 82,7% das exportações brasileiras são realizadas na forma de carne *in natura* (fresca ou congelada), com apenas 17,3% correspondendo a produtos processados (ABIEC, 2023). Essa predominância de *commodities* básicas na pauta exportadora contrasta fortemente com as possibilidades de valorização no mercado internacional, onde cortes premium processados alcançam valores entre 80% e 100% superiores aos produtos *in natura*.

Outro ponto é a diversificação de mercados, a retomada de acordos comerciais com a União Europeia e a aproximação com países do Sudeste Asiático, também é uma estratégia importante para o Brasil reduzir sua dependência do mercado chinês. Em dezembro de 2024, após 25 anos de negociações, foi concluído o Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia. Esse acordo prevê a eliminação de tarifas para diversos produtos agrícolas brasileiros, incluindo frutas, café e outros itens, além de estabelecer cotas significativas para açúcar, carnes e etanol (Brasil, 2024b). Espera-se que isso amplie o acesso dos produtos brasileiros ao mercado europeu, favorecendo a exportação de produtos agrícolas com maior valor agregado, como cafés especiais, frutas tropicais processadas e carnes com certificação sustentável.

Paralelamente, o dinamismo econômico do Sudeste Asiático oferece oportunidades promissoras para a diversificação das exportações brasileiras. Países como Vietnã, Indonésia e Filipinas têm apresentado crescimento econômico robusto nos últimos anos, o que amplia a demanda por produtos do primeiro setor como proteínas animais. Em 2023, as Filipinas registraram um crescimento do PIB de 5,6%, superando economias asiáticas como China (5,2%), Vietnã (5,0%) e Malásia (3,8%) (Philippines, 2024). No mesmo período, a Indonésia alcançou um crescimento de 5,05%, impulsionado por setores como construção e manufatura (Indonesia, 2024). A expansão das relações comerciais com essas nações pode reduzir a dependência do mercado chinês e fortalecer a presença brasileira em mercados emergentes.

Portanto, para o Brasil, o desafio imediato é formular sua própria estratégia de desenvolvimento industrial que nos permita participar da economia global também como parceiros tecnológicos, e não apenas como fornecedores de matérias-primas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências discutidas ao longo deste estudo podem admitir a hipótese de que a economia brasileira apresenta sensibilidade às variações da demanda chinesa por matérias-primas, revelando uma dependência estrutural que ultrapassa a esfera econômica e alcança dimensões políticas e geoestratégicas. Embora a relação comercial com a China tenha proporcionado ganhos substanciais, especialmente para o setor exportador de *commodities*, ela também pode impor riscos à estabilidade macroeconômica brasileira, sobretudo em cenários de desaceleração econômica chinesa.

Nesse contexto, a Teoria da Dependência se mostra útil para interpretar os contornos dessa relação. Conforme proposto por Cardoso e Faletto (1979), a dependência não se caracteriza apenas por vínculos econômicos desiguais, mas também pela forma como estruturas externas condicionam as decisões políticas e o desenvolvimento interno dos países periféricos. A posição do Brasil como fornecedor de bens primários para uma potência industrial e tecnológica como a China reflete uma forma contemporânea de dependência, na qual a inserção internacional ocorre de maneira subordinada e pouco diversificada. A especialização em produtos de baixo valor agregado salienta o papel periférico do Brasil na economia global, limitando sua capacidade de transformar ganhos comerciais em desenvolvimento autônomo e sustentável.

Além disso, a concentração das exportações em um único parceiro comercial pode abrir espaço para a atuação política da China junto ao Brasil, influenciando decisões sobre infraestrutura, meio ambiente e regulação, entre outros temas estratégicos. Essa possibilidade de condicionamento externo evidencia os alertas da Teoria da Dependência sobre os riscos da vulnerabilidade estrutural dos países em desenvolvimento.

Diante desse cenário, torna-se necessário que o Brasil busque estratégias para diversificar seus parceiros comerciais, ampliar a complexidade de sua pauta exportadora e fortalecer sua capacidade de formulação autônoma de políticas públicas. O fortalecimento das cadeias produtivas nacionais, o investimento em tecnologia e inovação, bem como a atuação estratégica nos fóruns multilaterais, são caminhos possíveis para romper com padrões históricos de dependência e construir uma inserção internacional mais equilibrada.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Adriana Erthal. **BRICS: cooperação e contestação na governança global**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

ABDI – AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Indústria 4.0 e a dependência tecnológica brasileira**. Brasília, 2023.

AGÊNCIA GOV. **Banco do Brics: entenda o impacto e a importância para as economias em desenvolvimento**. 7 mar. 2025. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/banco-do-brics-entenda-seu-impacto-e-importancia-para-as-economias-em-desenvolvimento>. Acesso em: 10 abr. 2025

AMORIM, Celso. **Reflexões sobre a geopolítica depois da pandemia**. CartaCapital, [S.l.], 16 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/reflexoes-sobre-a-geopolitica-depois-da-pandemia/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS. **Estatísticas da cadeia da soja**. 2023. Disponível em: <https://abiove.org.br/estatisticas-cadeia-da-soja/>. Acesso em: 26 de mar. de 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE. **Beef Report 2023: perfil da pecuária no Brasil**. São Paulo: ABIEC, 2023. Disponível em: <https://www.abiec.com.br/wp-content/uploads/Final-Beef-Report-2023-Ingles-Digital.pdf>. Acesso em: 26 de mar. de 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Investimentos diretos estrangeiros no Brasil: relatório anual**. Brasília, 2022.

BARRONS. **China's Manufacturing Surge Needs a Global Response**. 2023. Disponível em: <https://www.barrons.com/articles/chinas-manufacturing-surge-needs-a-global-response-a4616e56>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BBC NEWS BRASIL. **A China está realmente desacelerando? Por que isso importa para o Brasil**. 2015. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150508\\_china\\_desaceleracao\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150508_china_desaceleracao_lgb). Acesso em: 7 abr. 2025.

BRASIL. **Factsheet: Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia**. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/12/factsheet-acordo-de-parceria-mercosul-uniao-europeia>. Acesso em: 1 abr. 2025.

BRASIL. **Governo garante insumos para a produção de vacina**. Portal Gov.br, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2021/01/governo-garante-insumos-para-a-producao-de-vacina>. Acesso em: 12 abr. 2025.



BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **República Popular da China**; 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>. Acesso em: 4 de abr. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **China é o principal destino de exportações brasileiras**. Brasília: Secom, 15 ago. 2024a. Disponível em: [https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/china-e-o-principal-destino-de-exp](https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/china-e-o-principal-destino-de-exportacoes-brasileiras) ortacoes-brasileiras. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?** Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 29–39, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/P9NqzwcNS6SjHcfnrStskFt/>. Acesso em: 14 abr. 2025

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “**Abertura e vulnerabilidade externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica**”. In: XAVIER, Clésio Lourenço. Desenvolvimento desigual. Uberlândia: Edufu, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARVALHO, Evandro Menezes de; VERAS, Daniel; STEENHAGEN, Pedro (Orgs.). **A China e a Iniciativa Cinturão e Rota**: percepções do Brasil. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. Disponível em: [https://beltandroadbrazil-diretorio.fgv.br/sites/beltandroadbrazil-diretorio.fgv.br/files/artigos/a\\_china\\_e\\_a\\_iniciativa\\_cinturao\\_e\\_rota\\_-\\_percepcoes\\_do\\_brasil.pdf](https://beltandroadbrazil-diretorio.fgv.br/sites/beltandroadbrazil-diretorio.fgv.br/files/artigos/a_china_e_a_iniciativa_cinturao_e_rota_-_percepcoes_do_brasil.pdf). Acesso em: 26 mar. 2025

CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China. **Balanço das relações Brasil-China** (2019–2020). Rio de Janeiro: CEBC, 2020.

CHINA. **Made in China 2025**: Plano de desenvolvimento industrial. Pequim: Conselho de Estado da República Popular da China, 2015.

CHINA NATIONAL OFFSHORE OIL CORPORATION. **Key operating areas**. Disponível em: <https://www.cnoocld.com/english/aboutus/keyoperatingareas/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Transformação do comércio Brasil-China**: Impactos para a indústria nacional. Brasília, 2023.

CNN BRASIL. **Entenda a guerra comercial que afeta a economia mundial**. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/entenda-a-guerra-comercial-que-afeta-a-economia-mundial/>. Acesso em: 29 abr. 2025

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (VALE). **Relatório Anual 2001**. Rio de Janeiro: Vale, 2002. Disponível em: <https://www.vale.com>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CURADO, Marcelo; NAKABASHI, Luciano. **Crise Financeira e seus Impactos sobre a economia brasileira**. Revista Economia & Tecnologia, [S. l.], v. 4, n. 3, 2008. DOI: 10.5380/ret.v4i3.27390. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27390>. Acesso em: 10 abr. 2025.

DUARTE, Pedro H. E.; GRACIOLLI, Edilson J. **A Teoria da Dependência**: Interpretações sobre o subdesenvolvimento na América Latina. 2021.

DUSSEL PETERS, Enrique. **China's Evolving Role in Latin America: Can It Be a Win-Win?** Washington, DC: Atlantic Council, 2015. Disponível em: <https://docs.dusselpeters.com/88.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.

EMBRAER. **Comunicado à imprensa**: Embraer anuncia joint-venture com a AVIC II. São José dos Campos, set. 2002. Disponível em: <https://www.embraer.com>. Acesso em: 23 mar. 2025.

EMBRAPA. **Programa CBERS**: Cooperação Brasil-China para o desenvolvimento de satélites. Brasília: EMBRAPA, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 29 mar. 2025.

FILHO, Jose Eustáquio Ribeiro Vieira; FISHLOW, Albert. **Agricultura e indústria no Brasil**: inovação e competitividade. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29768](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29768). Acesso em: 5 mar. 2025.

FINANCIAL TIMES. **China's local government debt problem**. Financial Times, Londres, 22 jan. 2015. Disponível em: <https://www.ft.com/content/8b2ce9c4-a2ed-11e4-9c06-00144feab7de>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. **Joint ventures**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Internacional. Cláudio Finkelstein, Clarisse Laupman Ferraz Lima (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/501/edicao-1/joint-ventures>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Perspectivas de la economía mundial**: Abordar las divergencias mundiales. Washington, DC: FMI, out. 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Publications/WEO>. Acesso em: 10 abr. 2025

FONSECA, Neide. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto Três Rios. **A crise de 2008 e as políticas econômicas no Brasil**. 2013. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t74.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FONTANA, Gregori Vieira Bez. **O Brasil no comércio internacional de commodities agrícolas: uma análise da relação comercial Brasil-China (1997 a 2015)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

FUNCEX – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. **Dados de comércio exterior Brasil-China**. 2019.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4435207/mod\\_resource/content/2/FURTADO%20Celso%20-%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Desenvolvimento%20Enfoque%20hist%C3%B3rico%20estrutural.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4435207/mod_resource/content/2/FURTADO%20Celso%20-%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Desenvolvimento%20Enfoque%20hist%C3%B3rico%20estrutural.pdf). Acesso em: 03 abr. 2024.

G1. **Entenda o que está acontecendo na China e os reflexos nos mercados**. 2015.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/08/entenda-o-que-esta-acontecendo-na-china-e-os-reflexos-nos-mercados.html>. Acesso em: 7 abr. 2025.

G1. **Exportações da China disparam em março apesar de tarifaço de Trump**. 14 abr. 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/14/exportacoes-da-china-disparam-em-marco-apesar-de-tarifaco-d-e-trump.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2025

G1. **Surto de peste suína africana na China altera dinâmica do mercado de carnes no Brasil**. Globo Rural, 21 abr. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2019/04/21/surto-de-pestes-uina-africana-na-china-altera-dinamica-do-mercado-de-carnes-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2025.

HUANG, Y. **The China Model**: Political Meritocracy and the Limits of Democracy. Princeton University Press, 2018.

INDONÉSIA. **Indonesia's Economy Grows 5.05 Percent in 2023 Amid Global Challenges**. Secretaria do Gabinete da Indonésia, 2024. Disponível em:

<https://setkab.go.id/en/indonesias-economy-grows-5-05-percent-in-2023-amid-global-challenges/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

Institute for Security & Development Policy. **Made in China 2025 – Backgrounder**. June 2018.

INSTITUTO BUTANTAN. **CoronaVac, vacina do Butantan e da Sinovac, já é usada em mais de 40 países**. São Paulo: Instituto Butantan, 20 set. 2021. Disponível em:

<https://butantan.gov.br/noticias/coronavac-vacina-do-butantan-e-da-sinovac-ja-e-usada-em-mais-de-40-paises>. Acesso em: 10 abr. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Carta IEDI nº 1297: **O efeito China no aumento das importações brasileiras**. São Paulo: IEDI, 2024. Disponível em: [https://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_1297.html](https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1297.html). Acesso em: 29 abr. 2025

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Indústria brasileira e sua dependência de insumos importados**. Carta IEDI, n. 929, 31 maio 2019. Disponível em: [https://iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_929.html](https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_929.html). Acesso em: 02 abr. 2025

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **As relações bilaterais Brasil–China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. Brasília: Ipea, 2011

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **As relações econômicas entre Brasil e China: comércio e investimentos**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 26 mar. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desafios econômicos da dependência comercial com a China**. Brasília, 2023.

JENKINS, Rhys. **How China is Reshaping the Global Economy: Development Impacts in Africa and Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

LARDY, N. R. **Integrating China into the Global Economy**. Brookings Institution, 2002.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011. 352 p. ISBN 978-85-7811-119-9. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_achinaglobal.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_achinaglobal.pdf). Acesso em: 5 abr. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. **“Dialética da dependência”**. In: SADER, Emir. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MCTI – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Investimentos em pesquisa e desenvolvimento no Brasil: Diagnóstico e perspectivas**. Brasília, 2023.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Comércio exterior brasileiro: Estatísticas e tendências**. Brasília, 2023.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Comex Stat: estatísticas de comércio exterior**. 2025a. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/123321>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Comex Stat: estatísticas de comércio exterior**. Brasília: MDIC, 2025c. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/123936>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Comex Stat: estatísticas de comércio exterior**. Brasília: MDIC, 2025d. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/123937>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Comex Stat: estatísticas de comércio exterior**. Brasília: MDIC, 2025e. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/123939>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Comex Stat: estatísticas de comércio exterior**. Brasília: MDIC, 2025f. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/123940>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **ComexStat: Estatísticas de Comércio Exterior**: China. Brasília: MDIC, 2025b. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis/2/160>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Comex Stat: Sistema de Análise das Estatísticas de Comércio Exterior**. Brasília: MDIC, 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MERICS. **Made in China 2025** – The making of a high-tech superpower and consequences for industrial countries. No. 2, December 2016. Mercator Institute for China Studies.

NATIONAL DEVELOPMENT AND REFORM COMMISSION (NDRC). **The 13th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China (2016-2020)**. Beijing, 2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Brasil-China**: trinta anos de uma parceria estratégica. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 47, n. 1, p. 5-25, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/6Lv7CZfX9pcRdrHXffvH93H/?format=html>.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **As relações Brasil-China**: dimensões estratégicas. Brasília: FUNAG, 2017.

PETTIS, M. **Avoiding the Fall**: China's Economic Restructuring. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2022.

PHILIPPINES. **PH's full-year 2023 GDP growth strongest among major Asian economies**. Department of Finance, 2024. Disponível em: <https://www.dof.gov.ph/phs-full-year-2023-gdp-growth-strongest-among-major-asian-economies/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS – PIIE. **China's Local Government Debt**: Saving for a Rainy Day. 2020. Disponível em: <https://www.piie.com/blogs/china-economic-watch/chinas-local-government-debt-saving-rainy-day>. Acesso em: 5 abr. 2025.

REUTERS. **Brazil's Embraer, China's AVIC II form venture to make regional jets**. Nova York, 24 set. 2002. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 26 mar. 2025.

REUTERS. **China 2015 property investment slows to 7-year low, sales improve**. 2016. Disponível em:

<https://www.reuters.com/article/markets/china-2015-property-investment-slows-to-7-year-low-sales-improve-idUSL3N14X25C>. Acesso em: 7 abr. 2025.

State Council of China. **Made in China 2025**, 2015.

THE WHITE HOUSE. **Global Economic Growth and Steel Excess Capacity**. 2016.

Disponível em:

<https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2016/09/14/global-economic-growth-and-steel-excess-capacity>. Acesso em: 5 abr. 2025.

UOL ECONOMIA. **Economia da China cresce 8,7% em 2009 e deve se tornar 2ª do mundo**. UOL Economia, 21 jan. 2010. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2010/01/21/economia-da-china-cresce-87-em-2009-e-deve-se-tornar-2-do-mundo.htm>. Acesso em: 7 abr. 2025.

WORLD BANK. **Commodity Markets Outlook: Analysis and Projections**. Washington, DC: The World Bank, 2023.

WORLD BANK. **Trade and Development Report**, 2003.

WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION. **Report on China's Accession to the WTO**. Genebra: WTO, 2001.